

MÍNIMO REGIONAL Proposta estabelece três valores, de R\$ 220 a R\$ 226, e cita as categorias que teriam direito aos salários

Garotinho envia novo piso à Assembléia

ANTONIO CARLOS DE FARIA
DE SUZANA DORIO

O governador do Rio, Anthony Garotinho (sem partido), encaminhou ontem à Assembleia Legislativa o projeto de lei que estabelece pisos salariais de R\$ 220, R\$ 223 e R\$ 226 no Estado.

O projeto visa contornar as resistências apontadas anteriormente pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que deu liminar suspendendo a lei estadual aprovada no final de novembro, que criava um piso único de R\$ 220, superior ao salário mínimo nacional (R\$ 151).

Para o governo estadual, o principal argumento acatado pelo STF foi o que aponta inconstitucionalidade em criar um piso único, o que seria uma forma de legislar sobre o salário mínimo, atribuição da União. A Constituição prevê, entre os direitos dos trabalhadores, "piso salarial proporcional a extensão e à complexidade do trabalho" (artigo 7º, inciso V) e também exige que o salário mínimo seja nacionalmente unificado (artigo 7º, inciso IV).

"Agora vamos ver se a lei federal que delegou aos Estados o poder de criar pisos locais é para valer ou foi apenas uma forma de livrar o presidente Fernando Henrique Cardoso das pressões por aumento do salário mínimo", disse o secretário estadual do Trabalho, Jaime Cardoso.

A lei federal citada pelo secretário foi sancionada pelo presidente em julho passado, depois das discussões, no Congresso, que tentaram elevar o salário mínimo para um valor equivalente a US\$ 100. Ela teria o efeito prático de liberar os Estados em melhores condições financeiras a instituir valor superior ao salário mínimo nacional por meio de leis locais.

Três pisos

A nova proposta de lei apresentada por Garotinho deve ser apro-



vada sem alterações, prevê o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Sérgio Cabral Filho (PMDB), que hoje, às 11h, abre a primeira sessão da convocação extraordinária.

Os 70 deputados estaduais devem votar a proposta em regime de urgência, até sábado, sem remuneração extraordinária, o que daria a cada um mais dois salários, ou R\$ 12 mil.

Para estabelecer quais são as atividades atingidas por cada um dos três pisos, o secretário Jaime Cardoso utilizou os critérios de classificação profissional do Ministério do Trabalho.

O valor menor de R\$ 220 foi calculado a partir de uma cesta básica de 30 produtos considerados essenciais para uma família e mais despesas mensais com transporte de uma pessoa.

Na primeira faixa de remuneração, de R\$ 220, estão, entre outros, empregados domésticos, garçons, tintureiros e trabalhadores rurais.

Na faixa seguinte, com R\$ 223, aparecem, por exemplo, tecelões, encanadores, soldadores e pedreiros. No piso de R\$ 226 ficam os marceneiros, eletricitistas, joalheiros e mecânicos.

Reunião

Cardoso teve ontem reunião com os presidentes das federações estaduais da Agricultura, Rodolfo Tavares, e do Comércio, Orlando Diniz. Os dois são os autores originais da ação movida pela Confederação Nacional da Agricultura contra a lei atual.

"A decisão de estabelecer o piso de R\$ 220 foi arbitrária e não levou em conta os argumentos que já tínhamos apresentado ao governo", disse Tavares, 51.

Ele e Diniz, 36, propõem que o piso seja estabelecido em negociações entre patrões e empregados de cada categoria, com a intermediação da Secretaria de Estado do Trabalho.

"Criar um valor artificial pode dar dividendos políticos para o governador, mas não é benefício para a economia do Estado", declarou Tavares.

Cardoso disse que a reunião foi para "manter o diálogo" e afirma que não há uso político da lei pelo governo estadual. Para ele, o principal motivo da iniciativa de Garotinho é buscar reduzir a pobreza no Estado.

Ele estima que a lei beneficiará diretamente 950 mil trabalhadores, dentro da população economicamente ativa do Rio, que é de 4,5 milhões de pessoas. A lei não beneficia categorias que têm dissídios coletivos.

"Nossa legislação é para os setores menos organizados, que têm pouca capacidade de negociar diante dos patrões. Por isso causa reações", disse Cardoso.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O PISO REGIONAL

Por que surgiu a ideia do mínimo regional?

Em março deste ano, ao fixar o salário mínimo em R\$ 151, o governo decide transferir aos governadores a pressão por um aumento maior e propõe que cada Estado possa definir seu próprio piso, que valeria até para iniciativa privada, respeitado o mínimo

menos R\$ 180. Nos demais Estados continua vigorando o mínimo de R\$ 151 para a iniciativa privada e para os funcionários municipais

Por que muitos Estados ainda não implantaram o mínimo?

Muitos Estados aumentaram apenas o piso salarial do funcionalismo público. Os argumentos para manter o mínimo para a iniciativa privada em R\$ 151 é o medo de uma contestação judicial por descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e de afugentar empresas que queiram se instalar nos Estados e a ausência de acordo entre trabalhadores e empresários

Quando a medida foi aprovada?

Em junho, o Congresso aprova o projeto de lei complementar que dá autonomia para que os Estados fixem um mínimo acima dos R\$ 151 determinados pela União para o setor privado. Até então, os Estados só podiam arbitrar o valor do mínimo para o funcionalismo estadual

Quem já adotou a iniciativa?

Seis meses depois da criação do piso regional pelo Executivo, em outubro, apenas a Bahia tinha aprovado lei criando um salário mínimo estadual maior do que o federal. Todos os funcionários públicos e de empresas privadas da Bahia devem ganhar pelo

Por que a suspensão do mínimo de R\$ 220 no Rio é importante?

A liminar é importante porque coloca em cheque a estratégia de Fernando Henrique Cardoso de transferir para os governadores a responsabilidade de elevar o valor do salário mínimo em seus Estados, a pretexto de criar pisos regionais de valor genérico

Entenda o problema do Rio

Rio define piso regional

Em novembro, apesar da falta de acordo entre empresários e trabalhadores o governador do Rio, Anthony Garotinho (então no PDT), anuncia o aumento do salário mínimo regional para R\$ 220. Para o funcionalismo público estadual, continua valendo o piso de R\$ 400

Entidades recorrem

■ Em dezembro, a Confederação Nacional da Agricultura entra no STF com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o mínimo de R\$ 220
■ A Federação das Indústrias do RJ também pede à Confederação Nacional da Indústria que recorra ao Supremo. O argumento é que a lei estadual contraria os incisos 4 e 5 do artigo 7º da Constituição, que determinam que o salário mínimo deve ser unificado em todo território nacional e que o piso deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho

Supremo suspende piso do Rio

O STF suspendeu o pagamento do mínimo de R\$ 220 no Rio de Janeiro ao conceder liminar à ação proposta pela CNA

Para economista, deve haver cautela em aumento

DA SUZANA DORIO

O aumento do salário mínimo, mesmo na forma de pisos diferenciados por Estados, deve ser feito de forma cautelosa, pois pode causar desemprego, avverte o economista Marcelo Neri, 37, autor da ideia da regionalização do mínimo, adotada pelo governo.

Porém para o economista, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o aumento do mínimo "traz resultados muito mais rápidos do que qualquer programa social para populações carentes".

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida à Folha.

(ANTONIO CARLOS DE FARIA)

crisão do STF?

Neri - Eventualmente, a saída pode ser especificar todas as categorias profissionais, uma a uma. Nossa proposta é que haja um piso estadual e que cada categoria possa fazer negociações, mas sempre acima desse piso. Quando elaboramos a proposta, tínhamos a percepção de que não havia grandes empecilhos jurídicos. Estamos vivendo um aprendizado.

Folha - Como surgiu a proposta de regionalização do mínimo?

Neri - A partir de um artigo que publiquei, em abril de 1999, sobre o modelo de desvinculação e regionalização norte-americano, foi formada uma comissão por Edward Amadeo (secretário de Política Econômica) para desenvolver a proposta, que em janeiro deste ano estava concluída. Partimos

do diagnóstico de que o mínimo pode ser maior, dependendo de cada Estado, pois há realidades diferentes entre eles e porque não há aumento de gastos com inativos e ativos do setor público.

Folha - A lei segue o modelo de algum outro país?

Neri - A nossa lei reproduz o modelo dos EUA, onde cada Estado tem autonomia para fixar a remuneração mínima local. A ideia surgiu a partir de estudos que fiz quando estive naquele país para meu doutorado. Meu orientador, o economista David Card, havia feito uma pesquisa que mostrava que o aumento do salário mínimo entre os americanos não gerou desemprego, o que contrariou as expectativas do meio acadêmico.

Folha - No Brasil, não poderia haver desemprego?

Neri - Aqui, o aumento do salário mínimo tem o risco de aumentar a informalidade, de criar desemprego formal. Mas há um aumento da renda do trabalhador, mesmo dos informais. O efeito negativo é dominado pelos benefícios. Mas é preciso cuidado. O mínimo ótimo não é aquele que, em tese, acaba com a pobreza, mas sim o que permite que isso ocorra na prática. É melhor errar estabelecendo valores menores, que podem ser aumentados, do que criar valores altos, que podem ter reflexos muito negativos no mercado de trabalho.

Folha - Qual o maior benefício, se há risco de desemprego?

Neri - O aumento do salário mínimo traz resultados muito mais rápidos do que qualquer programa para populações carentes.

Primeira-dama do Rio passa mal e é internada

DA SUZANA DORIO

A primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro e secretária de Ação Social, Rosângela Matheus, a Rosinha, 37, passou mal ontem e foi internada na clínica Pró-Cardíaco, em Botafogo (zona sul da capital).

Rosinha sentiu dores no peito durante a comemoração do aniversário de um ano da Clínica Popular Michelle Silveira de Moraes, para tratamento de dependentes químicos, em Santa Cruz (zona oeste). Ela estava em companhia do governador Anthony Garotinho.

Depois de receber atendimento na própria clínica, Rosinha seguiu de helicóptero, com o governador, para o Palácio Laranjeiras, residência oficial. Logo depois, ela foi internada na clínica Pró-Cardíaco.

Segundo boletim médico divulgado às 18h, a avaliação não mostrou existência de isquemia coronariana (insuficiência de irrigação sanguínea, provocada por obstrução das artérias). Mas Rosinha ficaria em observação durante um período de seis a oito horas.

Garotinho e Rosinha estão casados há 19 anos e têm nove filhos (cinco adotivos). Em maio, ele esteve internado com suspeita de problemas cardíacos, mas os médicos concluíram que ele havia passado mal devido a distúrbios digestivos.

Folha - Qual a saída diante da de-